

## O ESPAÇO URBANO E O LAZER PÚBLICO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Autor: Áurea Cristina Ramos de Moura Nicaretta<sup>1</sup>  
e-mail: aurea@gia.cta.br  
Orientador: Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho

### RESUMO

O presente artigo objetivou analisar o aproveitamento dos instrumentos de lazer público do município de São José dos Campos, SP. Fez-se uma passagem breve por quase todos os temas que envolvem lazer de uma forma geral, da aprovação da lei trabalhista que consagrou o direito a todos os empregados a um período de descanso junto à família. A ausência do lazer contribui para a falta de identidade e, principalmente, para a falta de coesão social. É importante chamar a atenção para o fato de que esses elementos interligados contribuem para a harmonia do seu desenvolvimento global. Existe uma grande preocupação de técnicos e especialistas, apresentando propostas aos governos (federal, estadual e municipal), sabendo que esses investimentos terão um retorno garantindo do ponto de vista social. Uma política pública de manutenção e reposição das áreas verdes como existe em São José dos Campos tem importância fundamental no moderno conceito de urbanismo, pois é sabido que as áreas verdes têm uma função saneadora do meio ambiente e de embelezamento da paisagem, permitindo às pessoas da cidade um contato direto com a natureza, que nada mais é do que o lazer contemplativo e que propicia o bem-estar e relaxamento do homem.

**Palavras-chave:** Lazer público – Urbanismo – Áreas Verdes  
**Área do Conhecimento:** VI – Ciências Sociais Aplicadas.

### ABSTRACT

The purpose of the present study was to analyze exploitation of the public recreational possibilities of the municipality of São José dos Campos, SP. We touched rapidly on all themes involving recreation in a general manner, from the approval of the labor legislation which established all employees' rights to a rest period together with their family. The absence of recreation contributes to the lack of identity, and principally to the lack of social cohesion. It is important to draw attention to the fact that these interlinked elements contribute to the harmony of their global development. Technicians and specialists are very apprehensive and present suggestions to governments (federal, state and municipal), well knowing that that those investments will have their return guaranteed from a social point of view. A public policy for maintenance and reposition of green areas, such as exists in São José dos Campos, has a fundamental importance in the modern concept of urbanism, because one knows that green areas have functions of sanitation of the environment and embellishment of the landscape, permitting a direct contact with nature to the people living in the city, this being nothing less than contemplative recreation and provide man's well-being and relaxation.

**Key-words:** *Public recreational – Urbanism – Green areas*

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade de Taubaté, 2003 - Fone - (12) 221-8059 97113823 - RG - 023048873-6 MEX, CIC - 076.612.648-03, Av. Charles Schineider, 1001 Bloco E/54 - VI. Edmundo - Taubate – SP - CEP - 12040-000.

## INTRODUÇÃO

O lazer ganhou nas últimas décadas importância, tanto como problema social como objeto de reivindicação, ligado inclusive à qualidade de vida nas cidades, o que não quer dizer que esta importância vem sendo acompanhada pela ação do poder público, com a criação de políticas setoriais articuladas com outras esferas de atuação ou vinculadas com as iniciativas naturais e espontâneas da população, ou ainda, em parcerias com a iniciativa privada.

De acordo com Marcelino (1991), muito pouco tem sido feito no setor, o que não significa ausência de recursos, mas a sua má utilização, em virtude da falta de parâmetros que norteiem estas ações. Na maioria das vezes, o que se observa, é uma mistura de preconceito, com a incompetência, que mascara os discursos, ditos “transformadores”.

Neste trabalho o lazer será visto como fruto da sociedade urbano-industrial e, que em outras palavras incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam. Não significa que o lúdico e o prazer não possam se manifestar em outros “tempos”. Muito pelo contrário, o lazer é entendido enquanto “especificidade concreta”, e na sua especificidade, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo da manifestação do brincar, do jogo, da festa, da “re-criação”, além do próprio lazer (MARCELINO, 1991).

É importante, neste momento, apresentar os conceitos de lazer público e privado que podem ser interpretados como a tradução dos termos espaciais de “coletivo” e “individual”.

Segundo Hertzberger (1999) num sentido mais absoluto, pode-se dizer que o lazer público é acessível a todos, a qualquer momento, a responsabilidade por sua criação e manutenção é assumida coletivamente. Já o privado é de acesso restrito, determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de administrá-la e torná-la rentável.

Estes conceitos podem ser vistos e compreendidos em termos relativos como uma série de qualidades espaciais que, diferindo gradualmente, referem-se ao acesso, à responsabilidade, à relação entre a propriedade privada e a supervisão de unidades espaciais específicas. A relação estabelecida entre o espaço de lazer público e o espaço de atividades produtivas, estabelece um padrão e uma associação espacial, determinada pelo poder econômico da população.

A compreensão dessa relação poderá elevar a qualidade de vida com os serviços

destinados à prática do lazer, atraindo a população e o aumento do nível de satisfação do usuário.

## A Prática do Lazer no Brasil

Pergunta-se, com frequência, se os membros da Câmara dos Deputados, que no dia 20 junho de 1936, votaram (por 563 votos contra um) a Lei instituindo as férias pagas tiveram, na ocasião, idéia da dimensão histórica dessa mudança na vida dos trabalhadores. A partir disso os trabalhadores adquiriram o direito ao lazer.

Isto significava que, pela primeira vez, o legislador tinha uma outra visão do homem, que ele reconhecia o direito ao repouso, e o direito de todos de dispor, durante 12 dias do seu tempo, sem pressões econômicas.

As reações que esta lei suscitou mostraram bem que a opinião pública não estava preparada para essa mutação - durante muito tempo o governo foi criticado pela instituição das férias pagas “O Front popular” foi, acusado de leviandade por essa medida considerada impossível de ser mantida por razões econômicas.

No entanto, contrariamente às outras leis, esta, das férias pagas e a semana de 40 horas, não foram jamais colocadas em dúvida e, ao contrário, foram aumentando.

Hoje, que as férias pagas fazem parte da vida dos trabalhadores, o mês de férias tornou-se uma instituição nacional e é difícil imaginar o que foi e o que significou, a passagem de uma vida sem esperança de repouso para uma vida com dias de descanso sem ser por motivo de acidente ou doença.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu Capítulo IV, Das Férias Anuais, Seção I – Do Direito a Férias e da sua Duração, em seu artigo 129 diz o seguinte: “Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração”. (CLT, sd, p. 37)

A partir de então, abre-se o campo para a prática do lazer e junto aparecem organizações criando meios que permitissem um maior número de trabalhadores utilizarem melhor o seu tempo livre para a sua saúde física e mental - procurava-se, então, despertar o gosto pelas viagens, para sair ao ar livre, etc. Nas cidades modernas e, economicamente avançadas, a prática do lazer tornou-se um fato social maior. As teorias do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento o subestimaram, esqueceram-no ou reduziram-no a formas de desregulagem do mercado. Porém, o lazer nascido da extensão do tempo livre, pela redução do tempo de trabalho, criou um novo modo de vida nas camadas inovadoras das

classes sociais privilegiadas. Práticas culturais novas se constituem: valorização das noitadas, fins de semana, férias. Novos sistemas de valores interagem, na maioria das vezes, conflitativamente com os antigos, da tradição (Dumazedier, 1994).

Após vários estudos sociológicos chegou-se à conclusão que o maior inimigo do lazer é o tédio<sup>2</sup>. Portanto, a regra principal é acabar com o tédio, custe o que custar.

A revolução cultural do tempo livre gira em torno de três pontos fundamentais que poderiam reencontrar sob a maior parte das práticas do lazer, são elas: **descanso** - alívio das tarefas; **divertimento** - como a função precedente liberta, sobretudo, a fadiga essa liberta sobretudo o tédio; **desenvolvimento da personalidade** - ela liberta do hábito que tende a limitar os gestos, os comportamentos, as idéias cotidianas a automatismos e estereótipos.

É importante assinalar a penetração progressiva da organização do lazer até o domínio da empresa - a partir da qual a função social dilatou-se e converteu-se em função sócio-cultural. Já se sabe que a necessidade de divertimento exerce influência poderosa e ambígua sobre o trabalho. As atividades de trabalho podem ser completadas por atividades de jogo e de participação ou projeção ligada a um modo separado, parcialmente imaginário, regido por outras regras, outros valores, que os da vida real. Essas atividades laterais, talvez inspirem as transformações positivas das atividades profissionais, aumentem o atrativo das condições de trabalho - as relações da empresa ou do sindicato são reforçadas por elos nascidos da participação em atividades e associações recreativas e essas atividades distrativas, talvez acrescentem, aos valores da produtividade, da solidariedade, o espírito do jogo ou o espírito do esporte

A conquista desse tempo livre cria um novo tempo onde são vivenciadas as situações de lazer geradoras dos valores que sustentam a chamada revolução cultural, onde são reivindicadas novas formas de relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade e a contemplação da Natureza - observam-se mudanças nas relações afetivas, nas considerações sobre o próprio corpo, no contato com o belo - em suma, na busca do prazer.

Parte integrante da vida do homem urbano, o lazer não pode ser considerado, isoladamente como única fonte de realização humana numa sociedade cada vez mais desumana, para a

difusão dos valores do lazer é fundamental que a visão constatada ao nível do senso comum seja corrigida e ampliada e, essa ampliação é possível, sobretudo, com o aumento da participação popular em atividades, ou seja, na vivência do lazer e, para tanto, há necessidade urgente de definições quanto à políticas efetivas nessa área.

É de suma importância que as cidades desenvolvam uma política pública de lazer pensando no bem-estar da comunidade, propiciando animação e divertimento. Quando se fala em lazer, se fala em cultura, costumes, folclore, turismo, etc... e tudo o que possibilite às pessoas que ali vivem, formas e atividades de diversão, sendo aproveitado minuto a minuto.

## OS INSTRUMENTOS PÚBLICOS DE LAZER

A população da cidade é de cerca de 550 mil habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 1,89%. Localiza-se entre os dois principais municípios do país: São Paulo, Capital, a 90 km, e o Rio de Janeiro a 310 km. Mais de 60% do município (1.102 km<sup>2</sup>) é Área de Proteção Ambiental (APA). Localiza-se na rodovia Presidente Dutra, o principal eixo econômico da América Latina. Também tem fácil acesso ao litoral Norte, à serra da Mantiqueira e ao sul de Minas Gerais.

Durante as décadas e 70 e 80, a cidade passou por grandes transformações, alcançando importantes avanços nas áreas de tecnologia, saúde, desenvolvimento econômico, educação, criança e adolescente, saneamento básico e obras.

Conta com 748 indústrias (dados referentes a 1994), 4.139 estabelecimentos comerciais (1993) e 7.132 prestadores de serviço (1993). É o primeiro município do Estado de São Paulo em arrecadação de ICMS, atrás apenas da Capital. O município possui um avançado centro tecnológico e industrial.

A mão-de-obra joseense é altamente qualificada, como consequência das atividades tecnológicas do parque industrial da cidade. Os centros de pesquisa e instituições de ensino (INPE, ITA, CTA) contribuem para o treinamento desta mão-de-obra. A População em Idade Ativa (com mais de 10 anos) é de 407 mil pessoas. A População Economicamente Ativa (PEA) soma 243 mil pessoas, segundo dados do final de 1997.

## O Lazer Público em São José dos Campos

O município de São José dos Campos faz parte do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, ao qual está ligado por meio do

<sup>2</sup> Tédio – [do latim *taediu*] S.M. Aborrecimento, fastio, nojo, desgosto. (FERREIRA, 1986, p; 1656)

Conselho Municipal de Turismo. Cabe a este conselho a elaboração do plano diretor para o desenvolvimento turístico bem como a emissão de pareceres para o BNDES e agentes especializados, recomendando ou não empréstimos financeiros de uma linha especial de créditos, criada pela Secretaria Nacional de Turismo e pela EMBRATUR para diferentes investimentos em hotéis, teatros, parques temáticos, centros de treinamentos de mão-de-obra, etc

São frentes para o desenvolvimento turístico de São José dos Campos:

**Setor Tecnológico e de Negócios** – como pólo de indústrias aeroespaciais, de telecomunicações e automotivas, o município atrai grande contingente de visitantes com interesse voltado para a tecnologia de ponta que aqui se desenvolve. São destaque também os institutos de pesquisas INPE e CTA, que trabalham com desenvolvimento das ciências aeroespaciais. Ainda no setor de negócios, os sofisticados shoppings aparecem como um motivo de visitação na cidade.

**Recursos Naturais, Artificiais e Culturais** – com 62,62% de sua área territorial considerada como Área de Proteção Ambiental, a cidade de São José dos Campos oferece grandes atrativos públicos como o Parque da Cidade, o Horto Florestal, o Banhado e o seu Patrimônio Histórico.

### Lazer Histórico Igrejas

**Da Matriz , De São Benedito, Capela São Miguel , Capela Nossa Senhora Aparecida, Morro do Cruzeiro,**

### **Bens Preservados**

**Estações Ferroviárias de São José, Teatro São José, Estação de Força, Mercado Municipal, Sanatório Vicentina Aranha, Câmara Municipal, Fórum, Sanatório Vila Samaritana, Cinema Paratodos, Tecelagem Parahyba**

**Patrimônio ambiental** (\*Preservada através de decreto)

**Banhado** - O banhado é preservado pelo COMPHAC como Área de Proteção Ambiental Absoluta (APA-4), através da Lei Complementar nº 121/95, de 11 de agosto de 1992. - **Figueiras da Praça Cônego Lima** - decreto nº 7.668/92. - **Jequitibá** - Passando a integrar o Patrimônio Ambiental de São José dos Campos. - **Palmeiras Imperiais na Av. Dr. João**

**Guilhermino** - Decreto Municipal nº 6412/88, **Palmeiras Imperiais na Praça Synésio Martins** - Decreto Municipal nº 7.668/92. - **Pau-brasil da Escola Melvin Jones** - Decreto nº 8259/93. - **Sucupira do Cerrado** - Decreto Municipal nº 7442/91. - Macacarecuia ou Abricó de Macaco - **Decreto nº 9337/97.** - **Paineira** - Decreto nº 9453/98. - **Paineira** - Decreto nº 9453/98. - **Angico** - decreto nº 9453/98, de 14 de Abril de 1998. - **Guapuruvu** Preservada pelo Decreto nº 9453/98.

### **Parques Ecológicos**

**Parque da Cidade “Roberto Burle Marx” , Parque Santos Dumont , Centro Comunitário Alto da Ponte , Reserva Ecológica “Augusto Ruschi”** - No dia 13/09/1982, o Decreto nº 8.7561 cria A.P.A., Área de Proteção Ambiental da bacia do Rio Paraíba do Sul englobando toda a reserva. Em 1986 o Decreto nº 5573/86 muda a denominação da área para Reserva Ecológica “Augusto Ruschi” em homenagem ao biólogo que dedicou sua vida ao estudo da natureza especialmente aos beija-flores.

**O Distrito de São Francisco Xavier** - O Distrito de São Francisco é considerado uma área de Proteção Ambiental Federal, por fazer parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Em nível de Município, o Distrito é amparado pela Lei nº 4212 de 24 de junho de 1992 que vincula o uso e ocupação do solo, ao bem-estar da população e à preservação ambiental. Ocupa cerca de 29% da área total do município de São José dos Campos, sendo que 97% dele, ou seja 12.623 hectares, constitui-se em Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira (Lei Municipal 4.212/92). São Francisco Xavier, agora, também é APA Estadual pela Lei nº 11.262 de 8 de novembro de 2002. Área Urbana - **1,17 km²; Exp. Urbana - 2,92 km²; APA I - 118,76 km² APA II - 199,15 km²**

### **Levantamento das Áreas Verdes Urbanas; Parques e Reservas Municipais de São José dos Campos**

A Prefeitura de São José dos Campos fez a atualização do levantamento das áreas verdes, parques e reservas municipais baseada nas informações dos trabalhos “Levantamento de Áreas Verdes e Praças”, de 1.988 e de 1.991; ambos realizados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

O atual levantamento, utiliza como referência as Unidades de Planejamento (UPs); criadas por meio da Lei Complementar nº 121/95 (PDDI - São José dos Campos), como instrumento ordenador da ocupação urbana do Município; diferindo dos trabalhos anteriores que utilizaram como referência os Setores Sócio-econômicos.

O estudo organiza as áreas verdes e sistemas de lazer públicos municipais, nos diversos bairros integrantes das Unidades de Planejamento que compõem a zona urbana do Município: UP 01; UP 02; UP 03; UP 04; UP 05; UP 06; UP 07; UP 08; UP 09; UP 10; UP 11; UP 12; UP 14; UP 15; UP 16/17; UP 20; UP 21; UP 22; UP 23 e UP 24.

Recomenda-se como superfície mínima desejável de equipamentos de lazer público e amenização ambiental, por unidade habitacional o total de 67,50 m<sup>2</sup>; correspondente a somatória dos índices de praças e áreas verdes (22,50 m<sup>2</sup>/unid. habit.); de Parques (20,00 m<sup>2</sup>/unid. habit.) e de Reservas (25,00 m<sup>2</sup>/unid. habit.).

## Análise dos Dados

Não foi realizado um estudo comparativo entre os índices de áreas verdes obtidos neste trabalho em relação aqueles dos levantamentos anteriores (1.988 e 1.991); pois estes utilizaram como referência as Unidades de Planejamento, instrumentos distintos dos Setores Sócio-econômicos.

As Unidades de Planejamento que apresentaram índice de área verde existente e índice potencial, satisfatórios, ou seja, igual ou superior a 4,50 m<sup>2</sup>/habitante; são: UP 02 (Bosque Imperial; Jardim das Colinas; Jardim das Indústrias; etc); UP 08 (Jardim Torrão de Ouro; Jardim Interlagos; Bairro Pernambucanas; etc); UP 23 (Urbanova I; III; IV; etc) e UP 24 (S. Francisco Xavier; V. Ferreira).

As Unidades de Planejamento que apresentaram o índice potencial de área verde igual ou superior a 4,50m<sup>2</sup>/habit.; mas não atendem o índice das áreas verdes efetivamente urbanizadas; são: UP 01 (Centro; Jardim Nova América; V. Sanches, etc); UP 03 (Jd. Limoeiro; Jd. Por do Sol); UP 04 (Chácaras Reunidas; Parque Industrial; etc); UP 05 (Jardim Morumbi; Jardim Colonial; Campo dos Alemães, etc); UP 06 (Jardim Satélite; Bosque dos Eucaliptos; Floradas de São José; etc); UP 09 ((Jd. Uirá; Jd. Santa Fé; Putim; etc); UP 11 (Campos de S. José; Chácaras Pousada do Vale); UP 12 (Jd. Cerejeiras; Jd. Santa Inês I e II; etc); UP 14 (Jardim Diamante; V. Verde; Jardim S. Vicente, etc); UP 15 (Eugênio de Melo; Galo Branco; etc);

UP 20 (Buquirinha; V. Cândida; etc) e UP 22 (V. Dirce; V. S. Geraldo; Altos de Santana; etc).

As Unidades de Planejamento que apresentaram situação crítica, ou seja; índices existente e potencial inferiores a 4,50m<sup>2</sup>/habit. são: UP 07 (Jd. Aeroporto; V. Letônia; V. São Bento; etc); UP 10 (Jd. Americano; Jd. Tres José); UP 16/17 (Jd. São José; V. Guarani; Jd. Valparaíba; Res. Vista Linda; etc) e a UP 21 (Jd. Cristina; Santana; V. Rossi; etc).

Constatou-se de uma forma geral, que as áreas verdes urbanizadas apresentaram mal estado de conservação em função da falta de manutenção; necessitando, em muitos casos, de reurbanização e novo tratamento paisagístico.

O quadro referente aos Parques Municipais: Santos Dumont, Parque da Cidade e Centro Comunitário Alto da Ponte<sup>3</sup>, aponta que o índice existente e o potencial de parques é de 1,20m<sup>2</sup>/habit.; ou seja crítico; em relação ao índice recomendado; que é de 4,00m<sup>2</sup>/habitante ou 20,00m<sup>2</sup>/unid. habitacional. Entretanto, recentemente (1.996), houve um aumento significativo de área de parque para a população joseense, em função da implantação do Parque da Cidade "Roberto Burle Marx"; acrescendo mais de um metro quadrado por habitante do Município.

O quadro de Reserva Ecológica aponta que o índice existente é de 5,07m<sup>2</sup>/habit., ou seja, na macro-escala é satisfatório em relação ao índice recomendado de 5,00m<sup>2</sup>/habit. ou 25,00 m<sup>2</sup>/unid. habitacional.

Diante do quadro que se apresenta algumas atitudes devem ser tomadas: solicitação ao órgão competente intensiva manutenção e conservação periódica das áreas verdes existentes e/ou urbanizadas, em especial aquelas que apresentam vegetação (rasteira; arbustiva e/ou arbórea); priorizar a reurbanização e/ou tratamento paisagístico das áreas verdes urbanizadas que se encontram em más condições; urbanização, imediata, de alguns espaços públicos que apresentam potencial para se tornarem áreas verdes urbanas; preferencialmente com projetos que reflitam a rede de drenagem natural; adensamento da vegetação e função de lazer. Encontram-se indicadas nos Quadros, integrantes deste trabalho, as Unidades de Planejamento que apresentam o índice existente e/ou potencial insatisfatórios; visando atingir o índice mínimo proposto; implantação dos parques setoriais, em especial nas Unidades de Planejamento que apresentam índices de áreas verdes deficientes (UP 07; UP 10; UP 16/17 e UP 21), visando

---

<sup>3</sup> potencial de parques

atingir gradativamente um acréscimo de área de 1.286.807,73 m<sup>2</sup>.

## Turismo Tecnológico

### **Centro Técnico de Aeronáutica / Centro Técnico Aeroespacial – CTA.**

Quando o Ministério da Aeronáutica iniciou a implantação do seu grande “campus” em São José dos Campos, a partir do primeiro instituto – o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no início de 1950, estava definindo a vocação futura da cidade para um avançado pólo de pesquisa científica. Foi o que atraiu as mais modernas e sofisticadas indústrias que tinham planos de instalar novas fábricas no Brasil (CURSINO E MATTA, 2003).

É essa cidade de indústrias modernas comprova a visão profética do marechal-do-ar Casemiro Montenegro, fundador do CTA e considerado o patrono da Engenharia Aeronáutica Brasileira. Ele afirmava, nos idos de 40, “... o Brasil precisa arejar-se, pela educação, na esfera de tecnologia e da ciência, para poder desenvolver a agricultura, a indústria e os transportes, única forma da integração verdadeira da imensa área territorial e fonte de ulteriores progressos sociais” (CURSINO E MATTA, 2003, p. 36)

Para desempenhar as atividades de interesse da Aeronáutica – ensino superior, pesquisas e desenvolvimento – o CTA opera outros quatro organismos, todos em São José dos Campos:

#### **Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA**

Que mantém cursos de formação superior de engenharia e pós-graduação que abrange as ciências aeronáutica, mecânica e eletrônica.

#### **Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE**

Responsável pelas pesquisas e desenvolvimento nos setores aeronáutico e espacial, de propelentes químicos e armamentos. Na atualidade, o maior projeto do IAE é a construção e lançamento da série VLS – Veículo Lançador de Satélites, lançados da base Alcântara, no Maranhão. Esse foguete coloca o Brasil no seleto grupo de países que dominam a tecnologia de lançadores de satélites artificiais .

#### **Instituto de Estudos Avançados – IEAv**

É a base da pesquisa e desenvolvimento do CTA na atualidade. Podem ser citadas algumas das inúmeras atividades: pesquisa de Eletromagnetismo Aplicado, Física e Engenharia de Reatores Nucleares, Dosimetria e Monitoração de Radiação.

#### **Instituto de Fomento e Coordenação Industrial – IFI**

Funciona como um elo de ligação entre os institutos do CTA e usuários civis, principalmente, as indústrias nacionais. Cuida, também da qualificação das empresas ligadas ao setor da Aeronáutica e Espaço e desenvolve trabalhos de homologação, normalização e metrologia. O IFI é responsável pela homologação de todas as aeronaves que voam no Brasil, exercendo um papel similar ao do FAA – *Federal Aviation Administration*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto importante a salientar nestas considerações finais é a psicologia do lazer na prevenção da saúde mental. É preciso estimular a capacidade de desfrutar e criar o tempo livre, pois é deveras importante a capacidade criadora de cada um. O papel do pai, da mãe, dos filhos, do neto, deve ter o cultivo de tarefas próprias e buscar a sua própria originalidade. A boa convivência no lar cria tradição e fortalece os valores existenciais, diferentemente do ócio, que é uma das principais causas de toda espécie de marginalidade.

Já se discute amplamente a diminuição da jornada de trabalho, o que aumentaria substancialmente o tempo livre, o fim de semana e as férias. Pergunta-se, o que fazer com o tempo livre? A resposta é bastante simples: trabalhar e desfrutar; buscando um equilíbrio entre o pessoal e o profissional. As empresas, de um modo geral, estão investindo na área, proporcionando um bem-estar aos seus empregados e familiares, principalmente durante o expediente de trabalho, seja com atividades lúdicas e ou palestras de auto-ajuda, sempre dando ênfase ao descanso do corpo e da mente. Nunca se falou tanto em qualidade de vida como agora.

Uma política pública de manutenção e reposição das áreas verdes como existe em São José dos Campos tem importância fundamental no moderno conceito de urbanismo, pois é sabido que as áreas verdes têm uma função saneadora do meio ambiente e de embelezamento da paisagem, permitindo às pessoas da cidade um contato direto com a natureza, que nada mais é do que o lazer contemplativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conselho de Turismo do Cone Leste Paulista.  
**São José dos Campos: pontos turísticos.**  
Disponível na Internet:  
<http://www.coneleste.com.br/sjosecampos/turismo.htm>. Capturado em 27/03/2003. 10 p.

- DUMAZEDIER, Joffre. **A Revolução Cultural do Tempo Livre**. São Paulo: Ed. Studio Nobel: SESC; 1998.
- ÉFFORI, Carlos. **Lazer – um período estratégico da na vida de todos**. Brasília: Ed. Valci, 1998.
- LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. Coleção Debates; 3<sup>a</sup> ed.; São Paulo: Ed. Perspectiva; 1984.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados; 1996. (Coleção Educação Física e Esportes).
- PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.
- PMSJC. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. **População do Município de São José dos Campos (Zona Urbana)**. Divisão de Pesquisa e Teoria, 1.993.
- PMSJC. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. **Levantamento das Áreas Verdes e Praças**. Divisão de Planejamento Territorial Urbano , 1991.
- PMSJC. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente: **Informações turísticas e cartográficas de São José dos Campos**, 1991.
- TOLEDO, Oswaldo Martins. **São José do Orlando, dos Campos, do Bacilo de Koch**. São José dos Campos, SP: JAC Editora, 1995.